

III. - DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

Construída a matriz caracterizadora do panorama educativo do concelho de Espinho, nas suas diversas vertentes, interessa avançar para um diagnóstico que trace a síntese, desenhe a situação, nas suas linhas essenciais e respectivos pontos fortes e pontos fracos, ao mesmo tempo que identifique perspectivas capazes de balizarem os eixos de intervenção a consagrar na Carta Educativa.

III.1. - QUADRO EVOLUTIVO DO NÚMERO DE ALUNOS NO CONCELHO

Tendo-se trabalhado num intervalo temporal que se estende até ao ano lectivo 2006/2007, importa ter em conta os dados já disponíveis para 2007/2008, concretamente em termos de rede pública, pois foram desactivadas as EB1 da Idanha e de Espinho 1, e já estão disponíveis os primeiros números relativos a inscrições. Estes elementos são úteis para conferir outro rigor ao exercício de previsão do número de alunos do concelho, tarefa que consideramos essencial para iniciar esta fase do trabalho, como uma bússola capaz de guiar os passos seguintes.

A fim de esboçar um cenário de desenvolvimento da população residente em idade escolar, correspondente a cada ciclo de escolaridade, tendo por horizonte o ano 2020, socorremo-nos das projecções da população residente por freguesias para o concelho, elaboradas pela equipa responsável pela revisão em curso do Plano Director Municipal. A metodologia utilizada teve por base a determinação do peso da população residente em idade escolar em 2001, relativamente à população total e na sua projecção de acordo com o número de habitantes previstos pela referida fonte para os anos de 2010 e 2020.

Importa recordar, que, encontrando-nos a meio de um período inter-censitário, as projecções são passíveis de conter alguns desvios.

A previsão da população com idades correspondentes ao pré-escolar e a cada um dos ciclos do ensino básico e secundário, para o concelho de Espinho, relativamente ao ano 2010 e 2020, é apresentada na tabela nº1.

Tabela nº1

Projeção da População Residente em Idade Escolar, por Ciclo de Ensino, no Concelho de Espinho, (2010 e 2020)

Níveis de Ensino	População Residente em Idade Escolar	2001	2010	2020
Pré-Escolar	3 - 5 anos	961	939	916
1º Ciclo	6 - 9 anos	1389	1357	1324
2º Ciclo	10 - 11 anos	731	714	697
3º Ciclo	12 - 15 anos	1106	1080	1054
Secundário	15 - 17 anos	1338	1307	1276
Total da População com idade (3 - 17 anos)		5525	5397	5267

Fonte: Elaboração própria, a partir das Projeções do PDM (Revisão) – 2010 e 2020

A metodologia utilizada na elaboração do cenário prospectivo da população escolar, para cada nível de ensino e pré-escolar, tendo como horizonte o ano 2012, foi baseada na projecção da média da variação do número de alunos e de crianças nos últimos 5 anos. Este cenário tem por base a estabilidade dos seguintes Indicadores:

- Taxa de natalidade;
- Taxa de crescimento da população;
- Distribuição de alunos por agrupamento;
- Mobilidade de alunos entre concelhos;
- Taxa de escolaridade obrigatória de 12 anos;

Tabela nº2

Variação dos Alunos por Ciclos e das Crianças do Pré-Escolar, nos Anos Lectivos, (2002/03 a 2007/08)

Níveis de Ensino	Variação da População Escolar por Anos Lectivos				
	2003/04 - 2002/03	2004/05 - 2003/04	2005/06 - 2004/05	2006/07 - 2005/06	2007/08 - 2006/07
Pré-escolar	-2,25%	3,91%	-0,39%	-0,10%	-0,78%
1º Ciclo	-2,02%	-0,50%	1,23%	-2,05%	-4,35%
2º Ciclo	-0,40%	-1,51%	-11,34%	-2,88%	8,54%
3º ciclo	0,63%	0,62%	8,19%	-3,00%	0,22%
Secundário	-2,92%	15,28%	2,74%	4,42%	2,44%
Total	-1,49%	3,65%	0,85%	-0,62%	0,63%

Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

Tabela nº3
Projeção da População Escolar por Ciclo, no Concelho de Espinho, (2008/09 a 2011/12)

Níveis de Ensino	2007/08	Média Variação (últimos 5 anos)	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Pré-escolar	1023	0,08%	1024	1025	1026	1027
1º Ciclo	1695	-1,54%	1669	1643	1618	1593
2º Ciclo	915	-1,52%	901	887	874	861
3º ciclo	1362	1,33%	1380	1398	1417	1436
Secundário	1766	4,39%	1844	1925	2010	2098
Total	6761	0,60%	6818	6878	6945	7015

Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino, e Elaboração Própria

A evolução prevista para a educação pré-escolar, no concelho de Espinho, regista um acréscimo muito ligeiro (0,08%) das crianças inscritas dos 3 aos 5 anos, podendo-se falar praticamente de uma estabilização. Contudo, associando-se a esta dinâmica de crescimento quase nula, à reduzida taxa de cobertura¹ (77,7%) para a faixa etária dos 3 anos, constata-se a necessidade de aumentar a oferta de salas do pré-escolar, de forma a alargar a taxa de cobertura, sobretudo em algumas áreas do concelho, já referidas no Relatório de Caracterização.

Quanto ao 1º Ciclo, prevê-se uma ligeira diminuição do número de alunos. Dado que a taxa de cobertura deste ciclo de ensino é superior a 100%, este decréscimo não parece constituir razão suficiente para alterar o número de salas. Outros factores serão responsáveis pelo redimensionamento da rede escolar do 1º Ciclo, tais como a existência de um horário em regime de desdobramento na escola EB1 Espinho 2, a desactivação de alguns estabelecimentos quando se verificarem desajustes incontornáveis, e a consequente criação de centros escolares conforme se perspectiva mais adiante.

Relativamente ao 2º Ciclo, prevê-se igualmente uma ligeira diminuição de alunos, ao contrário do 3º ciclo, com um previsível ligeiro acréscimo de alunos. O ensino secundário é, de todos os níveis, aquele em que se prevê um crescimento mais significativo, possivelmente devido à maior oferta de cursos orientados para a vida activa e à grande afluência de alunos vindos de outros concelhos.

¹ - Sem esquecer que para o cálculo da taxa de cobertura foram incluídas crianças que frequentam o pré-escolar no concelho e que residem fora dele.

III.2.- SÍNTESE DA SITUAÇÃO EDUCATIVA

As análises já realizadas, que preenchem o primeiro volume, permitem desenhar com algum rigor a situação educativa actual, as suas características essenciais, as suas potencialidades e os seus constrangimentos. Ocupando uma área reduzida, o concelho de Espinho possui uma zona urbana de elevada densidade populacional e dispõe de uma série de equipamentos e serviços que lhe conferem uma dinâmica que extravasa os seus limites administrativos, fazendo sentir a sua influência tanto a norte como a sul, concretamente em termos do Grande Porto e do Entre Douro e Vouga, graças a um modelo de desenvolvimento económico assente na vitalidade do sector terciário.

Esta atractividade faz-se, igualmente, sentir no plano da Educação, pois um aspecto comum a todo o sistema de ensino, incluindo a educação pré-escolar, prende-se com o número significativo de alunos que frequentam as escolas de Espinho e que residem fora do concelho. Este fluxo de alunos, residentes maioritariamente em zonas de fronteira entre concelhos, resulta da opção mais favorável pela escola, próxima do local de emprego dos pais, conjugada com a falta de apoio familiar no local de residência, e/ou proximidade da área de residência dos encarregados de educação. Tal facto, juntamente com algum desajuste entre a idade da população escolar e a idade normal de frequência dos vários ciclos de ensino, devido à retenção, justificam a existência de taxas de cobertura e de taxas brutas de escolarização para os diferentes graus de ensino, superiores a 100%.

Evolução Demográfica

No primeiro ponto, a previsão para os próximos anos é feita em termos globais, não se podendo particularizar por freguesia. No entanto, há que atender à existência de cambiantes ao longo do território, em termos do comportamento demográfico.

Acompanhando a tendência nacional, a taxa de crescimento da população tem vindo a diminuir, a partir da década de 1980, registando valores negativos no período seguinte, o que significa estarmos, de acordo com os dados do recenseamento oficial, perante uma diminuição do número de residentes, ao contrário do que sucede quanto ao número de famílias, que aumentam em termos absolutos, mas com uma dimensão média menor.

Numa análise prospectiva até 2020, poder-se-á perder alguma população num primeiro momento, atingindo-se, de seguida, um patamar de estabilização. A quebra sente-se, principalmente, na freguesia de Espinho, aumenta em Anta até 2010, para depois abrandar, enquanto que nas outras (Guetim, Paramos e Silvalde) não se devem dar diminuições significativas, mas antes uma estabilização regular. Para além disso, haverá que ter em conta efeitos, não quantificáveis, da dinâmica que, por diversas razões, consegue atrair alunos de concelhos vizinhos, não só no ensino básico, mas com intensidade relevante no ensino secundário e nas escolas profissionais.

Educação Pré-Escolar e Ensino Básico (1.º Ciclo)

O concelho de Espinho é servido na sua esmagadora maioria (cerca de 90%) pela rede pública, sendo a rede privada manifestamente incipiente, com excepção da educação pré-escolar, que representa cerca de 41%, e o ensino superior (100%). No que concerne à educação pré-escolar, temos um universo de 50 salas, frequentadas por 1031 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, das quais 59% pertencem à rede pública, 28% à rede de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e os restantes 13% a outras Instituições Particulares, com fins lucrativos.

No ano lectivo de 2006/07 estavam inscritas cerca de 1031 crianças na rede pública e privada, o que representa um valor superior ao número de crianças residentes, com a idade dos 3 aos 5 anos (1015) e por conseguinte, uma taxa de cobertura superior a 100%. Para compreender estas taxas de cobertura, não podemos ignorar o contributo significativo da rede privada/IPSS no acolhimento de crianças, em especial de 3 e 4 anos de idade, pois a oferta na rede pública concentra-se na faixa etária dos 5 anos.

A freguesia de Guetim apresenta a taxa de cobertura mais elevada do concelho, (173,08%), proveniente unicamente da rede pública, reflectindo grande atractividade sobre a população escolar das freguesias vizinhas. Trata-se de um estabelecimento escolar autónomo, com as instalações mais recentes do concelho e com boas condições. A freguesia de Espinho, tem a segunda taxa de cobertura mais elevada do concelho (114,69%), devido à grande afluência de crianças, das freguesias vizinhas e concelhos limítrofes, para escolas próximas do local de emprego dos pais, e em áreas da residência de encarregados de educação. A existência de jardins-de-infância da rede privada, com ATL's, horários alargados e transporte próprio, constituem razões que conduzem à opção por este tipo de oferta.

Relativamente ao 1.º ciclo, registou-se uma redução de alunos na ordem dos 10%, num período de sete anos, prevendo-se que continue a diminuir discretamente nos próximos cinco anos, sem tomar em linha de conta factores exógenos, impossíveis de quantificar. Não é, contudo, despiciendo voltar a referir que existe uma tendência no sentido de ser superior o número de alunos ao número de residentes com a idade referência para este ciclo, conduzindo a uma taxa bruta de escolarização elevada (143%) e que cresceu relativamente a 2001 (133%). Este indicador tem um percentual ainda mais expressivo na freguesia de Espinho (271%), revelando que existem migrações das outras freguesias do concelho para a zona central, factor que afecta principalmente a EB1 de Espinho 2, forçada a funcionar em regime de desdobramento (alberga cerca de 22% do total concelhio), problema para o qual urge encontrar soluções, sem deixar de se suprirem, no imediato, carências básicas por falta de instalações, disponíveis de momento graças à cedência de espaços por parte da Paróquia de Espinho. Para se implementar uma solução intermédia ajustada às necessidades, o Município optou por uma alternativa, que consiste numa construção modular e reutilizável, para dotar a EB1 de Espinho 2 com refeitório e salas (4) para actividades de enriquecimento curricular.

Ao nível das instalações do pré-escolar da rede pública, constatam-se algumas carências em determinadas áreas do concelho, nomeadamente na freguesia de Paramos, que conta apenas com uma sala dos 3 aos 5 anos e uma taxa de cobertura, bastante reduzida (21,93%). Tal facto, deve-se entre outras razões, às dificuldades de construção/adaptação de salas do pré-escolar nos actuais estabelecimentos do 1º ciclo, do plano dos centenários, ainda que para o ano lectivo 2007/2008 se tenham envidado esforços, por parte do Agrupamento e do Município, que permitem abrir uma nova sala de Jardim de Infância na EB1 do Monte, mantendo-se contudo a necessidade em alargar a rede pública.

Em síntese, interessa dar resposta à procura sentida em Espinho e Guetim, suprir as carências em Paramos, prevendo igualmente intervenções nas restantes freguesias. Em Anta há que escoar a pressão sentida em certos pontos, principalmente no lugar de Esmojães, enquanto que a zona nascente de Silvalde merecerá que se perspective, a médio prazo, o aumento de salas com esta valência.

Note-se que o referido para estas últimas três freguesias, também se aplica ao 1.º ciclo, tendo Paramos escolas perfeitamente desajustadas, Anta falta de resposta no citado lugar de Esmojães, enquanto Silvalde beneficiaria de uma reorganização na zona nascente, mantendo-se a estrutura vigente na zona poente, pois tem dado resposta credível às necessidades, pelo que as soluções mais indicadas são, nestes casos, a substituição dos

actuais estabelecimentos por centros escolares, com outra capacidade para satisfazer a procura e acolher equipamentos de apoio. Em Guetim, existe uma reserva de terreno, adjacente ao Jardim-de-infância, que permitirá instalar uma escola do 1.º ciclo, substituindo a actual sem as condições desejadas, de modo a criar-se um pólo com a devida funcionalidade. Em Espinho, interessa resolver a sobrelotação dos estabelecimentos existentes, bem como manter e valorizar a polivalência da zona central, que também depende da existência de equipamentos educativos com qualidade e a tempo inteiro, sem perder de vista as limitações ditadas pela organização da malha urbana, que obrigam à procura de soluções mais flexíveis, difíceis de compatibilizar com a filosofia dos centros escolares, ao contrário das outras freguesias onde existirão espaços compatíveis com essa tipologia.

Os restantes estabelecimentos da rede, à excepção dos desactivados a partir de 2007/2008 (EB1 de Espinho 1 e da Idanha), devem manter-se, sofrendo obras de conservação e de melhoria, que sejam capazes de suprir, gradualmente, as suas limitações (espaços polivalentes, bibliotecas escolares, zonas de recreio, condições para alunos com necessidades educativas especiais, etc.). Em termos de segurança, para lá de se preverem medidas integradas (exemplo: remodelação global das redes eléctricas), existem condições de serem implementados, nos estabelecimentos do 1.º ciclo e pré-escolar, Planos de Emergência, devidamente sancionados pelas instâncias competentes.

A autarquia encara as suas responsabilidades educativas com outra amplitude, pelo que investe, há vários anos, na instalação de uma rede de fornecimento de refeições, que compreende a existência de cantinas ou de refeitórios, bem como no transporte de alunos quando necessário. Existem, contudo, algumas falhas no 1.º ciclo que se procuram suprir, recorrendo-se à colaboração das Paróquias (casos de Espinho 2 e das escolas da Corredoura, da Bouça e do Monte, em Paramos) ou à edificação de construções modulares (como está projectado para Espinho 2 e em execução na EB1 de Esmojães).

No plano da gestão, ressalta a existência de um relacionamento fluído entre o Município e os Agrupamentos, quer na disponibilidade de condições de funcionamento (exemplo do investimento municipal em aquisição e manutenção de fotocopiadoras, para lá de outro material), quer na implementação de projectos. As escolas e os jardins-de-infância estão dotados de equipamento informático, recorrendo o município a programas que financiaram parte da despesa, de modo a que exista, no mínimo, um computador em cada sala do 1.º ciclo e um em cada estabelecimento do pré-escolar, em consonância com as normas nacionais, ainda que o parque informático seja mais amplo graças a iniciativas dinamizadas

pelos Agrupamentos junto da sociedade civil. A introdução, em 2005/2006, do ensino do Inglês, a partir do 3.º ano, resultou numa experiência com resultados positivos em sede de avaliação, em virtude de se ter adoptado uma metodologia que privilegiou o papel dos Agrupamentos, no processo de selecção e de supervisão dos docentes. Esta solução foi igualmente usada, em 2006/2007, aquando do início de outras actividades de enriquecimento curricular, reforçada com a intervenção da Academia de Música de Espinho na disciplina da sua competência, tendo o Município contribuído para aumentar o leque da oferta com actividades complementares. Este processo beneficiou da experiência acumulada ao longo dos anos, quando Espinho surgiu, na década de oitenta, como um dos concelhos pioneiros na introdução do ensino da música e da educação física no actual 1.º ciclo.

Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Ensino Secundário

A situação educativa não pode ser lida, apenas, do ponto de vista do leque de atribuições municipais, pelo que deve abranger os outros níveis do básico e o secundário, como patamares essenciais ao desenvolvimento individual, nomeadamente das crianças e dos jovens. Os dois últimos segmentos do básico são assegurados pela rede pública (estabelecimentos enquadrados nos agrupamentos e escolas secundárias, no tocante ao 3.º ciclo) e pela rede privada, com destaque para a via profissionalizante. As taxas de escolarização excedem, igualmente, os 100%, em virtude da referida atractividade do concelho e, também, por força das taxas de retenção verificadas nestes níveis de ensino.

No ensino básico, por força desses factores, associado ao fenómeno do abandono escolar, nota-se uma tendência decrescente no 2.º ciclo (o 5.º ano é o grau de escolaridade com maior abandono) e acréscimos no 3.º ciclo e no secundário (aqui com mais intensidade e perspectivas de aumento, com a via profissional e a hipótese de alargamento da escolaridade obrigatória ao 12.ºano). O ensino secundário regular (incluindo os cursos Científico-Humanísticos, Tecnológicos e Profissionais) tem registado um aumento na sua população escolar, com um crescimento de 16%, entre 2001/02 a 2006/07.

As novas orientações curriculares, bem como, a organização das duas escolas secundárias na escolha dos cursos a leccionar – Cursos Tecnológicos, recentemente, substituídos por Cursos Profissionais – têm privilegiado a diversidade e complementaridade no leque de ofertas, numa lógica de racionalização de recursos e de satisfação das necessidades, tendo em vista a colocação dos jovens no mercado de trabalho.

A rede existente satisfaz a procura actual e poderá continuar a servir no futuro, sem ser preciso criar outros estabelecimentos, desde que sejam operacionalizadas remodelações consistentes, consentâneas com as novas valências e com o imperativo de modernizar edifícios, quando estes corram o risco de atingir situações de ruptura. Ainda que as competências em matéria de instalações estejam a cargo da Administração Central, considerou-se oportuno identificar as necessidades dos quatro edifícios públicos, através da elaboração de inquéritos, junto dos respectivos conselhos executivos, que apontam para as seguintes prioridades:

EB 2, 3 Sá Couto

- Construção de Pavilhão Multiusos, com salas de Educação Musical, laboratórios, um auditório e salas de trabalho para os professores;
- Substituição das coberturas dos pavilhões por outro material, sem amianto na sua composição;
- Conservação e pintura das estruturas metálicas;
- Remodelação dos espaços ocupados pelos Serviços Administrativos e Conselho Executivo;
- Ampliação do bufete para dar resposta às necessidades da comunidade escolar;
- Obras de beneficiação da cozinha e refeitório e insonorização destes espaços.

EB 2, 3 Domingos Capela

- Salas de aula para leccionar os cursos de Educação Formação;
- Estufa para os cursos de Educação Formação de Jardinagem, bem como, de uma arrecadação para guardar os respectivos materiais de apoio;
- Auditório, para a realização de reuniões com os Encarregados de Educação, os alunos e os professores;
- Construção de um bufete na sala de convívio dos alunos, tornando o espaço mais lúdico e cativante para os alunos, vigiado por um auxiliar de acção educativa;
- Construção de uma cobertura no exterior da escola para permitir a entrada na cantina pelo exterior da mesma, e assim, libertar o seu interior das filas de espera.

Escola Secundária do Dr. Manuel Laranjeira

- Transformação da sala 40 (Pavilhão 5) em sala multiusos para dar resposta aos cursos de Animador Sócio-Cultural (Área das expressões) e aos planos curriculares dos alunos do ensino básico (Oficina de Teatro);
- Adaptação de uma sala para utilização de meios informáticos e a disponibilização de mobiliário adequado, de um quadro iterativo e de computadores portáteis, para proporcionar melhores condições de aprendizagem a todos os alunos que obrigatoriamente têm a disciplina de informática nos seus currículos (9º e 10º anos), e que no ensino secundário optaram pelo curso de Multimédia;
- Renovação dos laboratórios de Física, Química e Ciências, a fim de melhor implementar o ensino experimental das Ciências.
- Substituição do mobiliário do anfiteatro, a fim de melhorar a sua funcionalidade;
- Disponibilização de um espaço físico, para o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), que se pretende alargar ao ensino secundário (12ª ano), a localizar na cidade de Espinho, para fazer face à procura entre a população adulta no concelho.

Escola Secundária do Dr. Gomes de Almeida

- Modernização global do edifício, datado da década de 1960, com correcção de patologias construtivas e adequação às necessidades de um nível de ensino em expansão;
- Remodelação dos laboratórios de Física e Química e de Biologia;
- Remodelação das Oficinas de Mecânica e Electricidade;
- Remodelação do pavimento exterior da escola.

Convém referir que, após este diagnóstico, surgem dados novos com a entrada em vigor do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, no ano lectivo 2008/2009, que contempla, num conjunto de 26 escolas do país, a Escola Secundária do Dr. Manuel Gomes de Almeida, pelo que estes problemas serão resolvidos nessa altura, dando resposta às questões levantadas.

Abandono e Insucesso Escolar

No seguimento da análise feita em sede de caracterização sócio-educativa, convém ter presente o significado de alguns indicadores, reportados ao momento censitário e referentes a potenciais alunos que não se encontram a frequentar a Escola. A taxa de abandono escolar traduz o percentual de indivíduos, com idades entre os 10 e os 15 anos, que não concluíram o 3.º ciclo. A saída antecipada da escola é o percentual de indivíduos, com idades entre os 18 e os 24 anos, que não concluíram o 3.º ciclo. A saída precoce da escola é o percentual de indivíduos, com idades entre os 18 e os 24 anos, que não concluíram o ensino secundário.

No concelho de Espinho, os valores registados são muito significativos, estando associados ao insucesso escolar e, sendo fenómenos transversais, denotam alguma incidência em determinados grupos ou estratos da população. Aliás, será sintomática a diferença do que sucede no ensino básico, comparativamente com o ensino secundário. A taxa de abandono escolar é muito elevada (4,1%), superior às médias da Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) e do País (2,8/2,7), tal como a taxa de saída antecipada (27,2%), inferior à da GAMP (28,2%) mas superior à nacional (24,6%). Ao invés, a taxa de saída precoce (44,5%) é inferior à nacional (44,8%) e à da GAMP (47,2%), enquanto que a taxa de aproveitamento no ensino secundário (74,5%) é significativamente superior às do Grande Porto (64,2%) e do País (55,4%).

As perspectivas de evolução destes fenómenos passam pela aposta nos recursos locais instalados e na sedimentação de uma prática de partilha entre as escolas, o município e as instituições particulares. Estas têm vindo a implementar projectos que se podem constituir como meios eficazes de enfrentar os problemas, concretamente em termos de funcionamento de centros comunitários: da Cerciespinho no Bairro da Ponte de Anta; da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho nas freguesias de Anta e Silvalde; do Centro Social de Paramos nessa freguesia. Constitui objectivo primordial destas estruturas a luta contra o abandono escolar, actuando junto das famílias e da comunidade em geral, através de medidas como os ATL, Grupos de Jovens, Ludotecas, Mediatecas, Grupos de Pais, entre outros. Ressaltem-se ainda dois projectos específicos, um levado a cabo pelo Centro Social de Paramos no meio escolar ("Aprender em Movimento"), e outro a cargo da Cerciespinho junto de famílias de etnia cigana ("Vivências Multiculturais"). Quanto aos estabelecimentos de ensino, existem uma série de respostas, como os programas de tutoria, o acompanhamento psicológico e profissional especializados em necessidades educativas especiais, bem como o recente reforço da componente formativa e profissionalizante, em termos de oferta educativa.

O funcionamento da Rede Social de Espinho, contemplando a existência de um grupo específico para esta temática e reunindo representantes das entidades mais representativas da comunidade sócio-educativa no âmbito do Conselho Local de Acção Social, pode desempenhar um papel importante na coordenação das actividades, ao conferir-lhes outra consistência e uma maior potenciação de resultados práticos.

Educação Especial

O Ministério da Educação tem vindo a introduzir importantes reformulações na abordagem das problemáticas relacionadas com as Necessidades Educativas Especiais (NEE), conferindo maiores responsabilidades aos estabelecimentos de ensino. A Equipa dos Apoios Educativos Especiais foi extinta, a 30 de Agosto de 2006, sendo substituída por um grupo de docência da Educação Especial, que trabalha com os alunos com NEE permanentes. Sedeados nos Agrupamentos, podem prestar serviço em qualquer escola sob a sua dependência, têm a seu cargo diferentes serviços (apoio domiciliário, intervenção precoce, etc.) e colaboram estreitamente com a Cerciespinho e com o Município, que disponibiliza uma série de apoios materiais na prática de actividades direccionadas para o desenvolvimento físico e intelectual.

Para lá do trabalho directo que desenvolve, a Cerci tem condições para ser, também, encarada como uma espécie de centro de recursos, podendo prestar algum apoio técnico a professores e encarregados de educação, através da disponibilização de meios adequados e de consultadoria especializada.

Aprendizagem ao Longo da Vida

Conforme foi possível analisar, no relatório de caracterização, a aprendizagem ao longo da vida assume, actualmente, um papel determinante, não só como meio de qualificação de recursos humanos num contexto de desenvolvimento económico sustentável, mas como veículo de valorização individual numa óptica de desenvolvimento pessoal. A aprendizagem, desde a idade pré-escolar até depois da aposentação, quer possua carácter formal ou tenha uma natureza informal, contribui para a melhoria de conhecimentos e para o aperfeiçoamento de competências, numa ampla perspectiva, de âmbito pessoal, cívico ou socio-económico.

A situação vivida no concelho de Espinho tem vindo a evoluir, de acordo com as orientações nacionais, que reforçam as responsabilidades da rede pública ao nível da formação escolar, para quem frequenta em regime normal o básico e o secundário, instituindo cursos de educação-formação, e substituindo os cursos tecnológicos por cursos profissionais, tidos como determinantes no combate ao abandono e ao insucesso escolar. Esta mudança, faz com que as EB 2,3 e as Secundárias enfrentem novas necessidades em matéria de instalações e equipamentos, como já sublinhamos anteriormente.

Não tendo a autarquia responsabilidades directas nesse campo, procura-se colaborar dentro dos possíveis, como sucedeu, recentemente, com a disponibilização das instalações da EB1 da Idanha (retirada da rede, por insuficiência de alunos) ao Agrupamento Sá Couto, para acolher cursos de educação-formação. Estes estabelecimentos de ensino asseguram ainda funções na educação de adultos, através do ensino recorrente, verificando-se casos em que avançam para outros segmentos. Referimo-nos, concretamente, à Escola Secundária do Dr. Manuel Laranjeira, que tem em funcionamento um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), fundamental para o relançamento de projectos de vida e para a melhoria das qualificações e das perspectivas profissionais, alargando o leque de entidades que prestam este tipo de serviço a nível local e regional.

Quanto ao sector privado há que distinguir a actividade das escolas profissionais, com resultados relevantes e prestígio consolidado, da formação profissional levada a cabo por associações e entidades privadas, na sua maioria enquadrada pelos financiamentos disponibilizados pelos quadros comunitários de apoio, em moldes que se vão alterar na vigência do novo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). Com efeito, deixará de haver formação não certificada e qualificante, mas apenas formação modularizada que confira créditos, qualificando efectivamente os formandos em termos de valências profissionais concretas, o que exigirá de todas essas entidades locais uma nova postura pedagógica e uma devida articulação com o mercado de trabalho. Nesta conjuntura, o Município poderá funcionar como um nó de rede, que facilite as adequadas ligações com as escolas públicas e as escolas profissionais, com o centro de emprego e com o tecido empresarial.

Importa, ainda, fazer uma referência especial ao papel que tem vindo a ser desempenhado pela Universidade Sénior de Espinho – Associação de Cultura e Ensino, como fonte de aprendizagem para pessoas com mais de 50 anos, ao proporcionar a frequência de uma

série de disciplinas, num amplo espectro cultural, que proporcionam o bem-estar ao nível cívico e cognitivo, tendo merecido apoio por parte do Município, nomeadamente em termos de utilização de instalações. Aliás, a Universidade Sénior ocupa, neste momento, espaços da EB1 de Espinho¹, desactivada recentemente, que integra um edifício com grande peso histórico, não só por ter sido inaugurado há mais de um século (1905), mas por pertencer ao modelo de escolas concebido pelo Arquitecto Adães Bermudes (característico nos inícios do século XX), elementos simbólicos que valorizam a sua permanência ao serviço do ensino no concelho.

Dinâmicas Complementares

O sistema educativo pode beneficiar de uma série de dinâmicas complementares, induzidas pela existência no concelho de uma série de equipamentos e de sinergias institucionais. A este nível específico, já foi ressaltado o papel de instituições particulares e de entidades privadas, que pode ser potenciado através de um funcionamento articulado de estruturas como o Conselho Local de Acção Social e o Conselho Municipal de Educação, pois essas convergências podem dar outra força ao combate contra o abandono escolar, além de permitirem maior consistência às políticas de educação profissional e de formação profissional.

Por outro lado, temos entidades que, em virtude da sua especialização, atingiram uma capacidade incontornável, concretamente a Cerciespinho em matéria de educação especial, a Escola Profissional de Música de Espinho geradora de valências determinantes em termos de produção cultural, o Instituto Superior de Espinho no domínio da gestão hoteleira e de outras actividades de apoio ao turismo, cada uma delas atingindo projecção que extravasa o mero âmbito local.

Acresça-se, ainda, as hipóteses abertas pelas várias associações locais, com particular ênfase no plano desportivo, que funcionam como centros de formação de jovens numa lógica de claro ecletismo, possibilitando um desenvolvimento individual com outras dimensões, passíveis de enriquecerem projectos educativos dinamizados pelas escolas. Esta possibilidade estende-se ao campo cultural, aproveitando, como já se vem fazendo, o poder apelativo de eventos como o Festival Internacional de Música de Espinho (FIME), a programação regular do auditório da Academia de Música, o Festival internacional de Cinema de Animação (CINANIMA). Mostra-se, igualmente, necessário canalizar contributos motivados pela existência de equipamentos ou espaços públicos com funções educativas (Centro Multimeios, Biblioteca Municipal, Castro de Ovil), bem como estabelecer uma maior ligação da actividade cultural promovida pelo município com o meio escolar, pois tem-se

procurado direccionar muitas iniciativas para as crianças e os jovens (Festival Marionetas, Festival Tucá Tulá, Pluridanças, Arte XXI, etc.), merecedoras de outra repercussão junto dos estabelecimentos de ensino.

Com a conclusão das obras do Fórum de Arte e Cultura de Espinho (FACE), que ocupa o espaço da antiga Fábrica de Conservas “Brandão, Gomes”, abrem-se oportunidades no sentido de dotar o concelho de um equipamento polivalente, com apetência para exercer funções complementares ao nível do ensino, concretamente o de grau superior, caso se concretizem condições para o estabelecimento de parcerias com entidades universitárias, no sentido de diversificar a oferta em matéria de pós-graduações e de outras modalidades. Existe, igualmente, a possibilidade de lhe conferir capacidade como pólo dinamizador de cultura, sendo visível o interesse em dar corpo à instalação de um núcleo museológico e de investigação nos terrenos da História local, o que permite a diversificação de projectos educativos que disseminem o nosso património e a nossa memória colectiva.

Potencialidades e Constrangimentos

Ao longo desta síntese da situação educativa, procurou-se fazer uma leitura realista, abordando-se potencialidades e constrangimentos. Tal não impede que, para concluir, se faça um exercício de sistematização, identificando os principais pontos fortes e as principais fraquezas.

Pontos Fortes

- Localização geográfica funciona como factor de atractividade e de ligações fluidas, tanto a Norte como a Sul
- Fixação significativa de activos no sector terciário
- Rede consistente de equipamentos culturais e desportivos
- Fortes sinergias ao nível da sociedade civil
- Entidades particulares com grande actividade no campo sócio-educativo
- Rede de educação pré-escolar com elevada taxa de cobertura, por força da acção do sector privado
- Taxas de escolarização elevadas no ensino básico e secundário
- Introdução da informática nos jardins-de-infância e nas escolas primárias
- Forte colaboração entre o Município e os Agrupamentos no programa de generalização do ensino do Inglês e de outras actividades de enriquecimento curricular

- Investimento do município na acção social escolar e na expansão do serviço de fornecimento de refeições para o pré-escolar e o 1.º ciclo
- Taxa de sucesso no ensino secundário superior à média nacional
- Oferta crescente de ensino profissional na rede pública
- Elevada procura dos cursos ministrados nas escolas profissionais
- Existência de experiências bem sucedidas no combate ao abandono escolar, na educação especial, no ensino artístico e na promoção da aprendizagem ao longo da vida
- Existência de dinâmicas de cooperação entre os agentes públicos e as entidades privadas

Pontos Fracos

- Envelhecimento da população e quebra da taxa de natalidade
- Tendência de ligeiro decréscimo de população na sede do concelho e de estabilização nas freguesias
- Escassez de terrenos que limita uma remodelação da rede escolar, consentânea com os novos paradigmas de ensino
- Carência de salas do pré-escolar na rede pública
- Escolas do 1.º ciclo com condições físicas desadequadas
- Existência de uma escola a funcionar em regime de desdobramento
- Escolas sem espaços de lazer e com carências em termos de infraestruturas e equipamentos de apoio
- Educação pré-escolar e 1.º ciclo do Básico com carências em termos de novas tecnologias de apoio pedagógico
- Deficiências no circuito de transportes escolares, designadamente ao nível da necessidade de renovação da frota de veículos
- Carências nas condições oferecidas aos alunos com necessidades educativas especiais
- Taxa de abandono escolar superior à média nacional
- Elevadas taxas de insucesso escolar nos 2.º e 3.º ciclos
- Taxas significativas de saída antecipada e de saída precoce
- Parque escolar do ensino secundário envelhecido e com notórias debilidades
- Limitação de condições na rede pública para dar sequência adequada às novas orientações curriculares

III.3. - REDE ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A Carta Educativa ao pronunciar-se, explicitamente, sobre a remodelação da rede, ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, não pode ignorar as directrizes contempladas no Plano Director Municipal e as previstas em sede do seu processo de revisão, que se encontra em fase terminal, nem fazer tábua rasa de orientações constantes de planos de pormenor e de estudos urbanísticos, sempre que estejam em causa hipóteses para a localização de equipamentos escolares.

No que toca à revisão do PDM, importa atender ao uso do solo previsto, nomeadamente quanto a localizações apropriadas para equipamentos, bem como às orientações concretas, validadas pela Comissão de Acompanhamento, relacionadas com a expansão da rede educativa. A nova estrutura da rede deve, tal como está recomendado, atender à expansão do ensino básico em Paramos, através da previsão de área capacitada para garantir a cobertura do crescimento dos núcleos habitacionais, bem como aproveitar, em Guetim, a reserva de terreno já contemplada, junto ao actual equipamento de pré-escolar, que permite servir o ensino básico. O acolhimento destas observações leva, naturalmente, à previsão de Centros Escolares nessas Freguesias, como já se alvitrou na síntese da situação educativa.

No que respeita aos estudos, com carácter indicativo ou auxiliar, que contemplam a possibilidade, no plano teórico, em acolherem escolas, a nossa análise deve ser forçosamente restrita, incidindo sobre a oportunidade das previsões, em termos de adequação às perspectivas já alvitradas para a remodelação da rede e à filosofia que lhe está subjacente. Em termos práticos, não se pretende pôr em causa a bondade dos instrumentos de planeamento, pois esse tipo de leitura extravasa a natureza de um documento confinado à definição de políticas e de medidas educativas, mas apenas referir os argumentos que possam desaconselhar a localização apontada ou considerar que os equipamentos previstos não devem ser escolas.

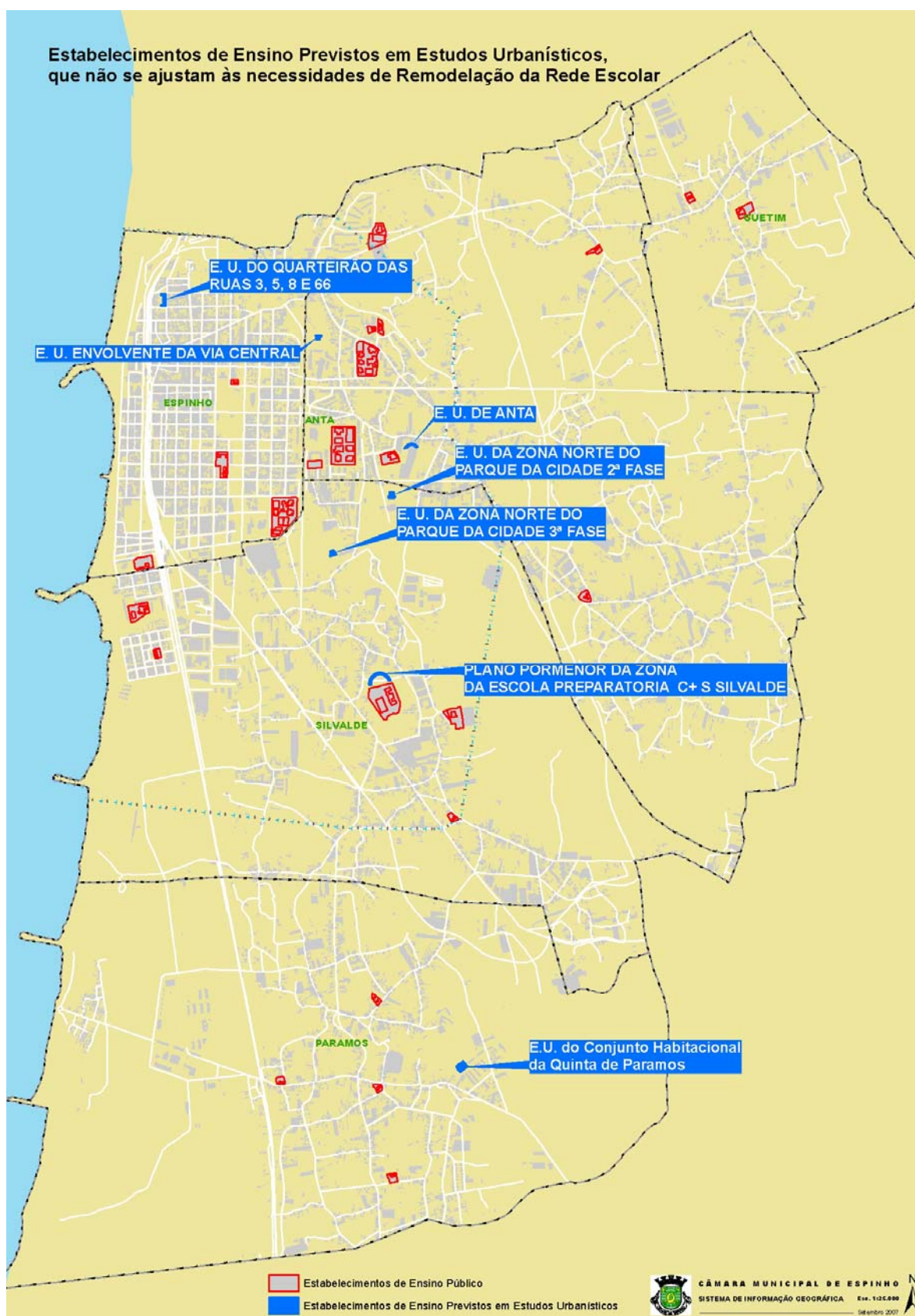
A Carta Educativa não toma posição, nem o pode fazer, sobre o interesse urbanístico desses instrumentos, nem sobre se eles devem continuar a prever equipamentos, restringindo-se a apontar motivos pelos quais, em determinadas situações, os equipamentos não devem ser de natureza escolar. Convém, aliás, notar que os planos e estudos em causa, datados da década de 1980 ou dos inícios da década seguinte, foram elaborados em contextos diferentes, suportando-se em conceitos que, nalguns casos, podem ter sido ultrapassados pela evolução registada em matéria de modelos educativos.

O conceito de Centro Escolar abrange a complementaridade do pré-escolar com o 1.º ciclo, compreendendo espaços para salas de aulas, salas de apoio, zonas de lazer e equipamentos complementares (refeitórios, bibliotecas, centros de recursos, centros de educação física e prática desportiva). Está-lhe, também, subjacente a ideia de concentração e aproveitamento de meios, em zonas com acessibilidades garantidas, ao invés de uma dispersão com pequenos núcleos ao longo do território. Tal não significa que a Carta deva, por isso, contemplar a desactivação de todas as escolas em funcionamento, pelo facto de não obedecerem a esta nova tipologia, pelo que se devem manter as reconhecidas como úteis para o equilíbrio da rede, quer pela sua localização como pela sua funcionalidade. Também no que concerne a novas edificações, a ideia de Centro Escolar não é entendida como solução exclusiva, mas como opção preferencial, podendo-se admitir alternativas que contemplem a existência de pólos distintos, ainda que ligados por traços de continuidade ou de complementaridade, sempre que os condicionalismos assim o justifiquem.

Por outro lado, deve-se ter presente a exequibilidade prática de qualquer solução, mesmo que teoricamente se possa afigurar ajustável, pois é forçoso atender à disponibilidade dos respectivos terrenos. Não se dispondo, compreensivelmente, de uma bolsa de reserva que responda a todas as necessidades, é preciso aferir, para cada caso, se estamos perante uma solução materialmente exequível. A Carta Educativa não deve limitar-se a apontar medidas conceptualmente aceites num plano abstracto, mas que sejam testadas e balizadas por pressupostos realistas e possíveis de implementar na prática.

De acordo com estes entendimentos, é forçoso pronunciarmo-nos sobre as hipóteses de implantação de estabelecimentos de ensino em determinados pontos do concelho, conforme se prevê em diversos estudos e planos de pormenor (mapa nº 1), que se consideram desaconselháveis por assentarem numa lógica de escolas de pequena dimensão, que dispersam a oferta pelo território, em moldes desadequados às necessidades. Conforme se explicita nesse mapa, existem instrumentos de planeamento que acolhem equipamentos, cuja finalidade não deve ser de teor educativo, pelas razões a seguir indicadas:

Mapa nº 1



- a) - Na freguesia de Paramos é aconselhável a criação de um Centro Escolar, para substituir as quatro escolas existentes, pelo que não deve constar uma escola contígua ao Conjunto Habitacional da Quinta. Em sequência das análises efectuadas, esse Centro poderá localizar-se no lugar da Lomba, em zona de notória acessibilidade, exigindo em contrapartida um inevitável esforço em aquisição de terrenos, que não pode ser posto em causa de modo algum.
- b) - Na freguesia de Silvalde considera-se oportuna a implementação, na zona nascente, de um Centro Escolar, pelo que não se justifica a dispersão de novas escolas, conforme se previa no designado plano de pormenor da Escola Preparatória C+S (actual EB 2,3 Domingos Capela), bem como nos Estudos da Zona Norte do Parque da Cidade (2.^a e 3.^a fases). O referido Centro tem localização condicionada pelas directrizes do PDM, devendo situar-se onde se preveja a existência de Equipamento com dimensões conformes, como será o caso do lugar do Formal, com terrenos já na posse da autarquia.
- c) - Em Anta defende-se a manutenção dos estabelecimentos já existentes (Anta 1, Anta 2, Anta 3) e a substituição da EB 1/JI de Esmojães por um Centro Escolar nesse lugar da freguesia, devidamente enquadrado por correspondente estudo urbanístico, pelo que não se justifica criar um pequeno jardim-de-infância, conforme previsto no designado Estudo Urbanístico de Anta, localizado nas proximidades da EB 1/JI de Anta 1. Por outro lado, existe o Estudo Urbanístico Envolvente da Via Central, logo acima da Rua 32, passível, no campo teórico, de acolher um agregado escolar, que funcionaria como forma de aliviar a pressão sentida na zona central da cidade, mas que não pode ter dimensão para substituir qualquer dos estabelecimentos aí localizados (EB1/JI de Espinho 2 e de Espinho 3), apresentando inconvenientes que o desaconselham. A acessibilidade, mesmo que melhorada com nova ligação viária, não é a mais indicada para um edifício escolar, além de se situar em terrenos privados, factores que obrigariam a um investimento avultado e com significativa morosidade temporal (terrenos, infraestruturas, ligações), não compatíveis com a utilidade discutível desta solução, face a outras hipóteses com outro grau de viabilidade material e temporal.
- d) - Na freguesia de Espinho, o Estudo Urbanístico do Quarteirão das Ruas 3, 5, 8 e 66, além de abranger parte de terrenos privados, tem uma localização periférica e consigna um modelo escolar ultrapassado que não serve as necessidades actuais, pelo que deve deixar de ser considerado para contemplar um equipamento desta

natureza. A solução em Espinho passará, essencialmente, por melhorar as condições dos estabelecimentos já existentes, potenciando os benefícios decorrentes da sua centralidade, edificando-se, pelo menos, um novo estabelecimento EB1/JI que alivie a pressão exercida na sede do concelho, terminando com o regime de desdobramento ainda em vigor na escola EB1/JI de Espinho 2, para lá de servir como descongestionamento da taxa de ocupação na escola EB1/JI Espinho 3 e de permitir maior flexibilidade do tráfego, ao evitar-se a sua confluência para zonas já saturadas. A solução deverá passar pelo aproveitamento de orientações e instrumentos urbanísticos devidamente eficazes e cuja parte significativa dos terrenos estejam disponíveis pela autarquia.